



FALTA DINHEIRO PARA EMPRÉSTIMOS

As medidas anunciadas pelo governo no ano passado para aumentar a oferta de crédito e reduzir os juros fizeram pouca diferença no bolso do brasileiro. Um estudo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) mostra que a atividade de emprestar dinheiro para consumidores e empresas pouco interessa aos bancos. De janeiro a novembro de 1999, o governo promoveu quatro reduções nos chamados depósitos compulsórios, os valores que as instituições financeiras são obrigadas

a recolher aos cofres do Banco Central.

Conforme os cálculos da Anefac, com as quedas dos compulsórios, o volume de dinheiro disponível nos caixas dos bancos teve um acréscimo de R\$ 24,4 bilhões. Teoricamente, essa quantia deveria aumentar a oferta de crédito e, conseqüentemente, reduzir as taxas de juros dos financiamentos. Mas não foi isso que ocorreu. No mesmo período em que os compulsórios tiveram uma redução de 37,1%, os valores dos empréstimos cresceram apenas 2,7%. Ou seja, embora tivessem R\$ 24,4 bilhões

a mais para oferecer aos seus clientes, as instituições financeiras só acrescentaram R\$ 7,2 bilhões às suas carteiras de empréstimos. O resto do dinheiro, explica o vice-presidente da Anefac, Miguel José Ribeiro de Oliveira, foi aplicado na compra de títulos públicos.

Ou seja, os bancos preferem emprestar ao governo do que ao empresário que precisa de financiamento para comprar máquinas novas ou aumentar a produção. Para as instituições financeiras, o governo também é um cliente mais confiável do que o trabalhador que necessita de dinheiro para trocar o carro ou a geladeira. A explicação para essa preferência, segundo Oliveira, é simples. Afinal, os juros de 19% ao ano pagos pela União estão entre os mais altos do mundo e, além de muito bem remunera-

UM PAÍS COM BAIXA DISPONIBILIDADE DE CRÉDITO, COMO É O CASO DO BRASIL, TEM DIFICULDADE PARA CRESCER E CRIAR EMPREGOS

da, a aplicação em títulos públicos é bastante segura.

Outro motivo para os bancos não aumentarem a oferta de crédito são os gordos lucros proporcionados pelos juros altos. Oliveira destaca que nem a redução promovida pelo governo nas taxas básicas da economia, que caíram de 45% para 19% ao ano, foi repassada ao consumidor. Se as instituições financeiras tivessem reduzido os custos dos empréstimos na mesma proporção, os juros ao consumidor deveriam ter caído para 7,38% ao mês. Mas a taxa média é, atualmente, de 8,42%

ao mês. E mais, caso a oferta de crédito tivesse crescido junto com a queda dos compulsórios, essas taxas poderiam baixar para 6,3% ao mês.

A análise desses números, segundo o vice-presidente da Anefac, conduz à conclusão de que os bancos foram os únicos beneficiados pelas medidas adotadas para facilitar a vida do consumidor. Isso só ocorreu porque não há mecanismos legais que obriguem os banqueiros a destinar os recursos dos compulsórios para o crédito. A falta de rigor do governo com os bancos coloca o Brasil na lista dos países

que têm baixa oferta de crédito.

O volume de empréstimos do sistema financeiro brasileiro foi de R\$ 271,5 bilhões em novembro do ano passado, o equivalente a 28% do Produto Interno Bruto (PIB). É menos do que se empresta na Indonésia, onde o valor do crédito representa 51,4% do PIB, ou na Coreia do Sul, cujo volume de financiamentos equivale a 74,2% do PIB. Para quem acha que a situação do Brasil não é assim tão grave, Oliveira lembra que um país com baixa disponibilidade de crédito tem dificuldade para crescer e criar empregos.